



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CFFC

Requerimento Nº DE 2011
(do Sr. FERNANDO FRANCISCHINI)

Requer que seja convidado a comparecer a esta comissão, em reunião de Audiência Pública, o **Exmo. Senhor Agnelo Queiroz**, Governador do Distrito Federal e ex-Ministro de Estado do Esporte, a fim de prestar esclarecimentos sobre as notícias veiculadas nos últimos dias na imprensa nacional.

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **requeiro** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a esta Comissão, em reunião de Audiência Pública, o **Exmo. Senhor Agnelo Queiroz**, Governador do Distrito Federal e ex-Ministro de Estado do Esporte, a fim de prestar esclarecimentos sobre as notícias veiculadas nos últimos dias na imprensa nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A revista Veja publicou, em seu sítio no dia 30 de outubro de 2011, reportagem sob o título: “***PT opera para impedir que crise do Esporte atinja Agnelo Queiroz***”. Diz a notícia:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lula foi a campo para evitar que o PCdoB cumprisse a ameaça de enredar o governador do Distrito Federal em acusações. Mas o escândalo continua latente



Catapulta

Os comunistas insinuam que o esquema de desvio de verbas também tinha como sócio majoritário Agnelo Queiroz, o petista que governa Brasília

Desde junho passado, quando o petista Antonio Palocci foi obrigado a deixar a Casa Civil sob suspeita de enriquecimento ilícito e tráfico de influência, a presidente Dilma Rousseff já realizou seis mudanças no ministério — uma impressionante marca de uma troca a cada 24 dias. A última delas ocorreu na quarta-feira, quando Orlando Silva se demitiu da pasta do Esporte, depois de ser acusado de receber propina e participar de um esquema de desvio de recursos públicos para o caixa de seu partido, o PCdoB. Silva foi o quinto ministro a deixar o governo abatido por denúncias de irregularidades. Foi também o quinto ministro herdado da gestão do ex-presidente Lula a ser exonerado por Dilma. A escalada de substituições no primeiro escalão rendeu à presidente pontos a mais em popularidade. No campo político, no entanto, acentuou a insatisfação de Lula e do PT com a “faxina ética” em curso. Na lógica do petismo, Dilma estaria carimbando a pecha de corrupção na legenda e, pior, pondo em risco companheiros que estão à frente de cargos importantes. Caso do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

Foi justamente a preocupação com Agnelo que levou Lula a sair a campo, mais uma vez, para defender um de seus ministros mantidos no novo governo. O ex-presidente orientou o PT e o PCdoB a pressionar Dilma a não demitir Orlando Silva. Lançou mão de dois argumentos. Um deles é recorrente: o comunista, como os mensaleiros, não passaria de vítima de uma conspiração destinada a desestabilizar o governo. O outro argumento de Lula, o pragmático, era a necessidade de blindar o governador do Distrito Federal. Agnelo comandou o Ministério do Esporte entre 2003 e 2006. Foi quem tirou do papel o programa Segundo Tempo, canal usado pelo PCdoB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

para irrigar as arcas comunistas. Na época, ele era filiado ao PCdoB e tinha como secretário executivo o próprio Orlando Silva. Com a ajuda do ex-ministro José Dirceu, Lula deixou claro aos petistas que a demissão de Silva e a perda do controle do ministério pelo PCdoB poderiam resultar num revide, com os comunistas divulgando informações que comprometeriam o governador, agora no PT. Ou seja: se não sabia quando era presidente, Lula parece saber agora o que o colega Agnelo fez no verão passado.

A ação de Lula e Dirceu foi catalisada por ameaças feitas por integrantes do PCdoB. Ainda quando tentava se manter no cargo, Orlando Silva afirmou que recebeu o policial militar João Dias a pedido do ex-ministro Agnelo. Dias foi quem contou a VEJA que Orlando Silva recebeu uma caixa com notas de 50 e 100 reais na garagem do ministério, dinheiro amealhado em organizações não governamentais beneficiadas pelo programa Segundo Tempo e que lhe custou o cargo. Publicamente, o deputado Protógenes Queiroz, também do PCdoB, reforçou o coro de ameaças no Twitter: “Reconhecemos a queda. Mas preparem-se. Vamos levantar muita poeira...”. Levantar poeira, no caso, não seria nada trabalhoso. Agnelo, Orlando, João Dias e outros petistas e comunistas estão juntos no mesmo enredo — e há quem aposte que o escândalo dos desvios ainda fará outras vítimas.

A ameaça ao PT, por isso mesmo, surtiu o efeito desejado pelo PCdoB. Ao retornar da África, a presidente Dilma se reuniu com ministros para tomar pé das denúncias contra Orlando Silva. No dia seguinte, já estava desenhada a demissão dele. Dilma também cogitou tirar do PCdoB o controle do ministério. A ideia era dar à legenda o comando da Cultura. A troca seria uma questão de justiça. O PCdoB, na avaliação da presidente, teria uma bancada parlamentar incompatível — devido ao seu pequeno número de integrantes — com o orçamento e os projetos do Esporte — entre eles, a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016. A dança de cadeiras não foi realizada devido às ameaças dos comunistas de atacar Agnelo. Depois de viajar com Lula a Manaus na última segunda-feira, a presidente recuou e definiu que o substituto de Orlando Silva seria do PCdoB. A disputa, então, deixou de ser travada entre PT e PCdoB para ser encenada entre os comunistas e o Palácio do Planalto.

Na quarta-feira, logo depois de Orlando Silva pedir demissão, o PCdoB sugeriu o nome do deputado Aldo Rebelo como substituto. Apesar de ele ter sido ministro de Lula e presidente da Câmara, a presidente não gostou da indicação. Dilma acha que Aldo terá dificuldade para punir os camaradas lotados no ministério e desmontar o esquema de desvio de verbas. Também pesava contra Aldo o fato de, ao relatar o Código Florestal na Câmara, não ter seguido as recomendações da presidente.

Apesar disso, Dilma aceitou a indicação de Aldo Rebelo. Ela não fez o sucessor que desejava, mas deu fim a mais uma crise política. Já o PCdoB não salvou Orlando Silva, mas manteve o controle do cofre. E o PT não evitou a degola de um aliado, mas calou, pelo menos até a última sexta-feira, os comunistas que se levantavam contra o governador Agnelo Queiroz. Uma saída clássica do atual sistema de governabilidade.

Veja



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ponto final?

O PCdoB concordou com a demissão de Orlando Silva desde que a presidente Dilma nomeasse para o cargo o ex-ministro Aldo Rebelo

A Revista Época, por sua vez, publicou anteriormente à Revista Veja em seu site, no dia 28 de outubro de 2011, matéria intitulada “**Agnelo na mira**”. Veja abaixo íntegra da matéria:

Uma investigação da polícia mostra que o governador de Brasília ajudou um PM a fraudar provas para se defender de denúncias de desvio de recursos

ANDREI MEIRELES, MARCELO ROCHA E MURILO RAMOS



AGORA É ELE

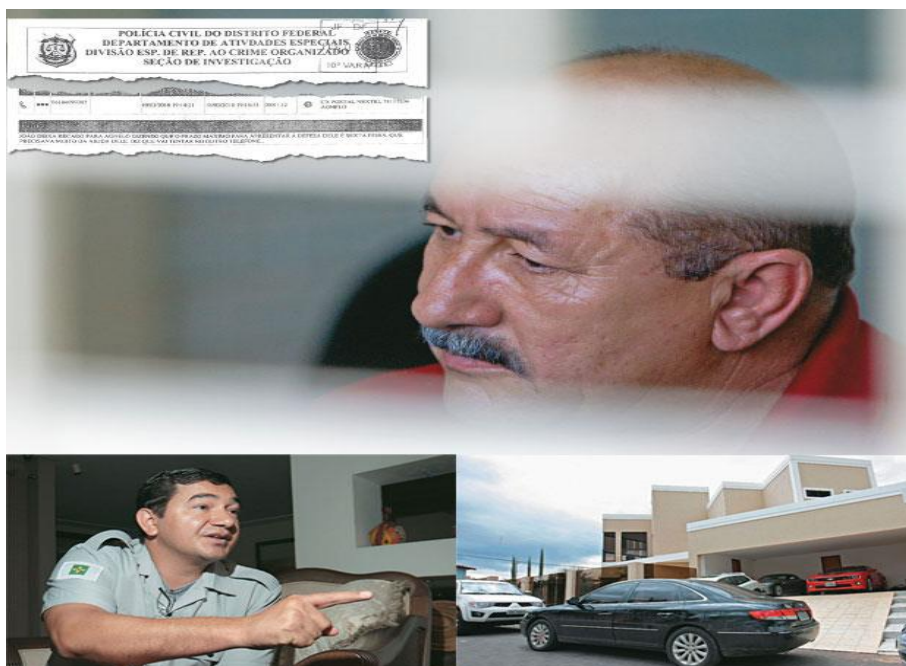


CÂMARA DOS DEPUTADOS

O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. Diálogos gravados pela polícia (*acima*) sugerem que ele ajudou João Dias a forjar provas para acobertar desvios no Ministério do Esporte (Foto: Carlos Silva/Esp. CB/D.A Press)

Orlando Silva perdeu o cargo de ministro do Esporte, na semana passada, abalado por denúncias de desvio de dinheiro. Seu substituto, Aldo Rebelo, também do PCdoB, recebeu do Palácio do Planalto a missão de moralizar a pasta. Para a Justiça, no entanto, a questão é outra. Nos próximos dias, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) receberá um processo com nove volumes e quatro apensos, que corre na 10ª Vara Federal, em Brasília. As informações, a que ÉPOCA teve acesso, mostram que o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), antecessor de Silva, é suspeito de ter se beneficiado das fraudes.

O conjunto contém gravações, dados fiscais e bancários, perícias contábeis e relatórios de investigação. As peças da ação penal vistas por ÉPOCA incluem o relatório nº 45/2010, que contém os diálogos captados em interceptações telefônicas, com autorização judicial, feitas entre 25 de fevereiro e 11 de março do ano passado. As conversas mostram uma frenética movimentação de Agnelo Queiroz e do policial militar João Dias para se defender em um processo. Diretor de duas ONGs, Dias obteve R\$ 2,9 milhões do programa Segundo Tempo para ministrar atividades esportivas a alunos de escolas públicas. Nas conversas, Dias quer ajuda para acobertar desvios de conduta e de dinheiro público. Ele busca documentos e notas fiscais para compor sua defesa em uma ação cível pública movida pelo Ministério Público Federal. O MPF cobra de Dias a devolução aos cofres públicos de R\$ 3,2 milhões, em valores atualizados, desviados do Ministério do Esporte.



SOCORRO

Em outro diálogo (*no topo, à esq*), João Dias deixa recado para Agnelo: o prazo para arrumar documentos para sua defesa estava no final



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COOPERAÇÃO

O professor Roldão de Lima (*foto maior*) é acusado de ter fornecido documentos para a defesa de João Dias (*acima, à esq.*). O encontro entre eles foi filmado pela polícia. Acima, à direita, carros pertencentes ao policial militar. Entre eles está um Camar (Foto: Igo estrela/ÉPOCA e Dida Sampaio/AE (2))

Personagem da crônica política de Brasília, João Dias ajudou, com suas declarações, a derrubar Orlando Silva na semana passada. Dias nem precisou apresentar provas de que Silva teria recebido pacotes de dinheiro na garagem do ministério. Suas acusações levaram à sexta baixa no primeiro escalão da equipe da presidente Dilma Rousseff. O pretexto para a demissão foi a abertura, na terça-feira, de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar a acusação de Dias e denúncias de que o Ministério do Esporte se transformara num centro de arrecadação de dinheiro para o PCdoB. Com a queda de Orlando Silva, o foco se transfere para o governador Agnelo Queiroz, contra quem existem suspeitas ainda mais consistentes.

Os principais interlocutores nas conversas gravadas pela polícia são João Dias, Agnelo Queiroz, o advogado Michael de Farias (defensor do policial) e o professor Roldão Sales de Lima, então diretor da regional de ensino de Sobradinho – cidade-satélite de Brasília onde atuavam as duas ONGs de João Dias. Era com Lima que Dias tratava do cadastro das crianças carentes que deveriam ser beneficiadas pelo programa Segundo Tempo. Na ação cível há um dado impressionante: as ONGs de João Dias receberam recursos para fornecer lanches para 10 mil crianças. Mas só atenderam, de forma precária, 160.

O inquérito foi uma tentativa de produzir um dossiê para inviabilizar a minha candidatura "

Agnelo Queiroz, governador do DF

Pressionado pelo Ministério Público, Dias foi à luta para amealhar elementos capazes de justificar tamanho disparate. Às 12h36 do dia 4 de março de 2010, ele telefonou para Agnelo Queiroz, então diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Dias pediu a Agnelo para "dar um toque" em Lima e reforçar seu pedido de ajuda ao professor. Dias queria que Lima fornecesse documentos para sua defesa. Na gravação, ele avisa que vai marcar um encontro entre Agnelo e Lima, para que esse pedido seja feito pessoalmente. Menos de uma hora depois, Dias, que estava num restaurante com Lima, telefonou novamente a Agnelo. Entregou o celular para Lima falar com ele. De acordo com a transcrição dos diálogos, feita por peritos do Instituto de Criminalística do Distrito Federal, Agnelo diz a Lima que precisa de sua ajuda. Afirma que vai combinar com João Dias para os três conversarem, porque Roldão (*Lima*) "é peça-chave neste projeto".

Qual seria o projeto? Segundo a investigação da polícia, trata-se de apresentar uma defesa à Justiça Federal capaz de livrar Dias da cobrança milionária. Pouco antes das 13 horas do dia 9 de março, o advogado Michael de Farias disse a Dias para ficar tranquilo, que tudo estaria pronto para ser entregue à Justiça três dias depois. Só faltaria, disse Michael, "agilizar a questão do Roldão (*Lima*)". Na gravação, Michael afirma que eles "já vão confeccionar os documentos só para o Roldão assinar, já vai tudo pronto". Dias diz que dessa forma fica melhor e, em seguida, liga para Agnelo e marca um encontro para uma conversa rápida e urgente. Cerca de duas horas depois, Dias volta a telefonar a Agnelo e adia o encontro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dos cofres públicos para o bolso

De acordo com investigações, ONGs de João Dias desviaram o equivalente a R\$ 2 milhões



*Atualizados, os valores dos desvios ultrapassam os R\$ 3 milhões

Fontes: Polícia Civil do Distrito Federal, Ministério Público Federal e Ministério do Esporte

No final da tarde do dia 9, Dias falou com Lima. O professor Lima disse que ficou até de madrugada numa reunião em que foram fechadas "as planilhas, os projetos". De acordo com a polícia, Lima estava no escritório do advogado Michael. No dia seguinte à tarde, Michael disse a Dias que já havia "confeccionado a defesa e as cartas de Roldão (Lima)". Até aquele momento, Lima não assinara nada. À noite, Dias



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ligou para dois celulares de Agnelo e deixou o mesmo recado nas secretárias eletrônicas: “O prazo máximo para apresentar a defesa é sexta-feira, preciso muito de sua ajuda”. Às 20h22, Dias finalmente consegue falar com Agnelo e avisa “que sexta-feira tem de apresentar o negócio lá”.

A polícia descobriu, pelas conversas grampeadas, onde Lima se encontraria com Dias para entregar os documentos a ser incorporados a sua defesa. O encontro ocorreu no Eixo Rodoviário Norte, uma das principais avenidas de Brasília, no começo da tarde da sexta-feira 12 de março. Dias parou seu Ford Fusion e ligou o pisca-alerta. Em seguida, Lima parou seu Fiat Strada atrás e entrou no automóvel de Dias. Eles não sabiam, mas tudo era fotografado por agentes da Divisão de Combate ao Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal. As imagens mostram que Lima carregava uma pasta laranja ao entrar no carro de Dias. Saiu do veículo sem ela. Três horas depois, os advogados de Dias entregaram sua defesa na Justiça Federal.

De nada adiantou todo esse esforço. Um laudo da PF constatou que havia documentos “inidôneos” na papelada apresentada pela defesa de Dias. Três semanas depois, ele e outras quatro pessoas foram presas por causa de fraudes e desvio de dinheiro público no Ministério do Esporte. Mesmo com todas as evidências registradas nas gravações de suas conversas, Dias nega ter recorrido a Agnelo para ajudá-lo em sua defesa. O professor Lima afirma que, nas conversas por telefone e nos encontros com Dias, só falava de política. Mas admite que, “num dos encontros, João Dias me passou o telefone para conversar com Agnelo”. Lima afirma não se lembrar da pasta laranja entregue no encontro.

As gravações telefônicas revelam também uma intimidade entre Agnelo Queiroz e João Dias, que os dois hoje insistem em esconder. A relação entre os dois envolveu a intensa participação do PM na campanha de Agnelo para o governo do Distrito Federal no ano passado. Eles afirmam que estiveram juntos apenas nas eleições de 2006, quando Agnelo concorreu ao Senado, e Dias a uma cadeira na Câmara Legislativa – ambos pelo PCdoB. Os diálogos em poder da Justiça mostram outra realidade. No dia 4 de março de 2010, Dias perguntou a Agnelo como estavam os preparativos para o dia 21 de março, data em que o PT de Brasília escolheria seu candidato ao governo. Agnelo disse que estavam bem, seus adversários estavam desesperados. Em resposta, Dias afirmou que ele e o major da PM Cirlândio Martins dos Santos trabalhavam para sua candidatura nas prévias do PT em várias cidades-satélite de Brasília. Na disputa, Agnelo derrotou Geraldo Magela, hoje secretário de Habitação do Distrito Federal.

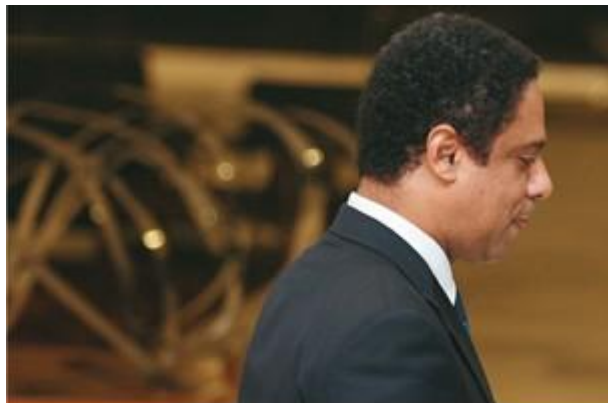
Em um encontro filmado pela polícia, João Dias recebeu uma pasta do professor Lima. Logo depois, entregou sua defesa

Em outra gravação, Dias informa Agnelo sobre o resultado de uma pesquisa eleitoral em que ele ultrapassara o ex-governador Joaquim Roriz. ÉPOCA ouviu de integrantes da campanha de Agnelo que, mesmo depois de sua prisão, Dias teve papel importante nas eleições. A campanha de Weslian Roriz – mulher de Roriz, que o substituiu na disputa – mostrou na TV um dos delatores do envolvimento de Agnelo nas fraudes no Ministério do Esporte. Isso teve impacto na campanha do ex-ministro. Quem deu a solução foi Dias: com poder de persuasão, ele convenceu uma tia da testemunha a desqualificar seu depoimento na televisão. Mais tarde, a tia foi agraciada com um emprego no governo. No novo governo, Dias foi beneficiado. Indicou seu melhor amigo, Manoel Tavares, para a presidência da Corretora BRB, o banco do governo do Distrito Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O governador e ex-ministro Agnelo Queiroz respondeu por escrito a 13 perguntas feitas por ÉPOCA. Ele afirma que o inquérito da Polícia Civil é montado. “O inquérito foi uma tentativa de produção de um dossiê para inviabilizar a (*minha*) candidatura”, diz Agnelo. “A origem do inquérito infelizmente foi direcionada por uma parte da Polícia Civil, ainda contaminada pelas forças políticas do passado. Uma farsa.” Agnelo diz que ele e João Dias eram “militantes da mesma agremiação partidária, ambiente em que surge o conhecimento” e que é “fantasiosa” a afirmação de que acolheu “indicação de João Dias para cargos no governo”.



MAIS FAXINA

O ex-ministro do Esporte Orlando Silva (no alto), do PCdoB, no Palácio do Planalto, após sua demissão, na semana passada. Ele foi substituído pelo colega de partido Aldo Rebelo (*acima*), que recebeu a missão de moralizar a pasta (Foto: Sérgio Lima/Folhapress e Lula Marques/Folhapress)

Apesar de continuar na Polícia Militar, Dias tornou-se um próspero empresário. Em outro relatório da polícia em poder da Justiça Federal, de número 022/2010, gravações telefônicas mostram que Dias é o verdadeiro dono de academias de ginástica registradas em nome de laranjas. “Tal fato é um forte indício de que João Dias está utilizando as academias para ‘lavar’ o dinheiro oriundo de supostos desvios de verbas públicas”, diz o relatório policial. Dias tem quatro carros importados. O mais vistoso é um Camaro laranja, 2011, importado do Canadá em julho. Em entrevista a ÉPOCA, ele afirmou que adquiriu o Camaro numa transação comercial. O veículo está registrado em nome do motorista Célio Soares Pereira. Célio é o empregado de Dias que diz ter entregado dinheiro no carro do então ministro Orlando Silva na garagem do Ministério do Esporte.

Em depoimento à Polícia Federal, Dias mudou sua versão sobre a entrega de dinheiro a Silva. Ele disse que era “muito pouco provável que o ministro



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(*Orlando Silva*) não tivesse visto a entrega dos malotes (*de dinheiro*)". Diferentemente de Dias, Geraldo Nascimento de Andrade – principal testemunha de acusação contra Agnelo Queiroz sobre desvio de dinheiro do Ministério do Esporte – confirmou, em todos os depoimentos, ter pessoalmente entregado R\$ 256 mil a Agnelo. Em um vídeo a que *ÉPOCA* teve acesso, Andrade descreve com detalhes como fez dois saques no Banco de Brasília, transportou e entregou o dinheiro ao atual governador.

Andrade sabe mais. Na gravação, ele liga as fraudes no Esporte ao Ministério do Trabalho. Andrade afirma que notas frias foram usadas para justificar despesas fictícias em convênios do programa Primeiro Emprego. O maior convênio apontado por Andrade, de R\$ 8,2 milhões, foi firmado com a Fundação Oscar Rudge, do Rio de Janeiro. Andrade, que morava em Brasília, afirma ter ido ao Rio de Janeiro para sacar dinheiro da conta de um fornecedor da fundação, uma empresa chamada JG. Ele diz que passava os valores para representantes da entidade. A presidente da fundação, Clemilce Carvalho, diz que a JG foi contratada por pregão e prestou os serviços. Filiada ao PDT, mesmo partido do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ela foi candidata a deputada federal em 2006. Lupi está ameaçado de perder o emprego na reforma ministerial, planejada para o início de 2012. Os ministérios do Esporte e do Trabalho têm, em comum, o fato de ser administrados há anos pelos mesmos partidos da base de apoio ao governo federal. O modelo dá sinais de que começa a ruir.

Como se pode depreender das reportagens citadas, o Sr. Agnelo Queiroz, na qualidade de ex-Ministro de Estado do Esporte é acusado de comandar suposto esquema de desvio de verbas públicas, realizadas por meio de convênios assinados com ONG's, na época em que estava à frente da pasta, além de, determinar que funcionário do Ministério do Esporte fraudasse procedimentos de prestação de contas do Sr. João Dias, Policial Militar do Distrito Federal e dirigente de uma das ONG's denunciada no esquema.

Diante de todo exposto, a Audiência Pública que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo e da fiscalização da aplicação de verbas públicas federais..

Sala das Comissões, de de 2011

Deputado **FERNANDO FRANCISHCINI**
PSDB / PR